

1. A cooperação económica, quer no plano da troca quer da produção, a sua crescente internacionalização, baseia-se em razões objectivas: crescente divisão internacional do trabalho imposta pela complexidade de muitas das tarefas importadas quer pelo inevitável desenvolvimento das forças produtivas — elemento determinante — quer pelas novas necessidades manifestadas pelos povos. Mais, a própria cooperação económica entre países numa base bilateral ou multilateral impõe o aparecimento de novos problemas e soluções que exigem um reforço da própria cooperação.

Também no campo científico e técnico essa necessidade objectiva verifica-se com toda a clareza. Há muito que pertencem apenas à história os homens que possuíam todos os conhecimentos científicos da sua época e cada vez mais se revela que é o mesmo o destino dos países com identicas pretensões. A necessidade de especialização e, consequentemente, de cooperação — reverso da mesma medalha — entre países no plano científico e técnico é, por um lado, consequência da internacionalização da cooperação económica, incluindo na produção — a produção e troca de mercadorias exigem a solução de difíceis problemas científicos e técnicos e a cooperação nestes campos, ao serviço do homem, é um dos mais eficazes meios de aumentar o rendimento da economia — e, por outro, consequência da decomposição de cada ramo da ciência em múltiplos novos ramos autónomos e surgimento de outros que exigem estreita investigação interdisciplinar.

Os actuais meios de comunicação e a tendência à universalização da linguagem científica constituem vias de manifestação dessa tendência objectiva.

Assim sendo, não podia a sociedade portuguesa fugir a esse processo. O regime fascista que ~~sempre~~ sempre pretendeu isolar o país e o povo português da convivência internacional teve que aceitar a cooperação com outros países.

Mas a simples referência a este facto levanta uma outra questão fundamental: os aspectos objectivos não levam automaticamente à cooperação e, além disso, na actual fase de desenvolvimento histórico, deixam um grande leque de alternativas cuja opção é o resultado da luta de classes, dos interesses que serve cada governo, da correlação de forças em cada país e no mundo. Basta atendermos na existência de dois sistemas económicos diferentes, o sistema capitalista e o sistema socialista — polos da contração fundamental no mundo actual — para termos uma ideia clara da importância da acção dos homens.

Há uma cooperação cujas finalidades são a intensificação da exploração das classes trabalhadoras, as intensões belicistas, a hegemonia das metrópoles imperialistas e os lucros dos grandes grupos monopolistas. É por essa que, quase exclusivamente, tem optado o governo fascista português: investimentos estrangeiros, fornecimento de material bélico, criação de bases militares estrangeiras, etc.

Mas não essa a cooperação que interessa ao povo português, à causa comum de todos os povos. As forças progressistas e amantes da paz devem aplicar todos os seus esforços no desenvolvimento de uma cooperação económica, científica e técnica concordante com a independência e soberania de cada povo estabelecida numa base de igualdade entre nações, que corresponda a uma efectiva progressão das forças produtivas, a um aumento do bem estar dos povos, que se interligue com a luta ~~dos povos~~ pela democracia e independência nacional, pela paz.

Esta cooperação tem que corresponder necessariamente a um combate ~~à dominação imperialista~~ à exploração dos trabalhadores e à dominação imperialista, colonialista e neocolonialista; a um reforço do internacionalismo proletário e da solidariedade entre os povos. Tem necessariamente que ter como corolário um crescente estreitamento da cooperação económica, científica e técnica com os países socialistas.

Uma tal cooperação é uma base firme em que pode assentar a paz entre os povos e, simultaneamente, beneficia de todos os progressos do clima de desanuviamento internacional — pelo que reveste grande importância no actual período histórico.

Analiseemos algumas destas questões relacionadas com Portugal.

2. As relações comerciais de Portugal, permanentemente deficitárias, apresentam uma dupla direcção com características diferentes, que correspondem à contraditória situação de Portugal como país simultaneamente colonizador e colonizado: com as colónias e com as grandes metrópoles imperialistas. Nas do primeiro tipo importa matérias primas a baixo preço e exporta produtos manufacturados. Existem enquanto existir colonialismo português e como tal tem os seus dias contados — o povo português e os movimentos de libertação lhes porão fim. Nas do segundo produz-se um fenómeno em grande medida inverso, combinado com aspectos da estratégia dos grupos monopolistas ianques que a seguir referiremos. 35% das exportações são para a EFTA, 18,3% para o Mercado Comum e, a nível de países, aparece por ordem decrescente de importância a Grã-Bretanha (20,4 %), EUA (8,7%) e República Federal Alemã (6,3%). A economia portuguesa está dependente da economia imperialista em geral e, em particular, de um reduzido grupo de metrópoles imperialistas.

Simultaneamente orga-se por cerca de 2267 milhares de contos o volume actual dos investimentos directos estrangeiros, com particular relevância dos americanos, ~~inglês~~ ^{americanos} oeste-alemães e ingleses. Note-se que estes têm aumentado bastante nos últimos anos: se antes assistia-se a uma facilitação dos investimentos externos, após o início das guerras coloniais e com o agravamento das dificuldades económicas, militares e diplomáticas, assiste-se a uma campanha permanente de fascismo de empenhamento das riquezas ~~nacionais~~ ^{nacionais} e da venda da mão-de-obra barata do nosso povo.

As relações económicas com os países socialistas são quase inexistentes. A parte das exportações para os países da Europa Oriental é 0,6% e as importações 0,9% (em 1972).

Estas tendências, ligadas a uma crescente exploração do povo português, encontram-se reforçadas pelo acordo do governo português com o Mercado Comum, o qual corresponde não a uma determinação de razões estreitamente objectivas mas a uma imperiosa necessidade do fascismo, que é contrária aos interesses do povo português. Neste aspecto chamamos a atenção para duas questões vitais para a paz na Europa: Em primeiro lugar, esses acordos apresentam-se também como uma forma dos grupos monopolistas dos EUA e de outros países, usando as suas empresas em Portugal, exportarem para o Mercado Comum com determinadas vantagens e af aumentar a sua influência — o que é contrario à libertação da Europa da tutela dos Estados Unidos em diversos campos, condição de existência de paz na Europa. Em segundo lugar, o governo português que sempre tem estabelecido complices com as forças mais reacçãoárias da Europa, provavelmente não será alheio às tendências belicistas e de retorno à guerra fria que se manifestam em alguns países do mercado comum.

*Assinado
not. // mundo*

Radicalmente diferente tem sido a politica defendida pelas forças progressistas portuguesas. Consideramos que mesmo em regime fascista é possível o reforço da cooperação com os países socialistas e que tal corresponde aos interesses do povo português, à luta pela democracia. É possível porque corresponde a um profundo ansio do povo português, há sectores capitalistas interessados em tal, toda a evolução da situação económica e politica internacional indica essa orientação. Corresponde aos interesses do povo português porque subtrai partes à influencia imperialista, porque o auxilio economico dos países socialistas traduz-se num efectivo aumento das forças produtivas com uma reduzida sobrecarga para o povo português e cria possibilidades do desenvolvimento de novos sectores industriais concordantes com as aptidões naturais, porque está ligada a projectos pacifistas. Interessa igualmente porque vincula o governo português a novas relações no plano internacional, vai mostrar ao povo português realidades dos países socialistas, dificulta a propaganda anticomunista e até torna-a menos rentável. Interessa ainda porque através das relações economicas surgem as de muito outro tipo — culturais, tecnicas, científicas, desportivas, etc. de que só beneficiam os povos dos países intervenientes.

O fascismo começa a aceitar questões que há anos considerava um crime — e pelas quais muitos democratas foram presos e torturados. É uma manifestação da profunda crise em que se debate. O governo português fala actualmente em relações economicas, e não só, com os países socialistas. Começa a desenvolver os primeiros esforços nesse sentido — viagem de delegações, proxima abertura de centros comerciais, declarações solenes, etc. Mas o governo pretende simultaneamente retirar dessa real derrota da sua politica algumas vantagens, pelo que intensifica a demagogia no campo da politica externa — "substituto" da sua falida demagogia na politica interna e cobro da sua brutal repressão. Além disso, os proprios actos são contraditórios em resultado das vantagens que pode vislumbrar em certa cooperação economica e na desvantagem que tal lhe acarreta directa e indirectamente.

É inegável que essas cedencias do fascismo são uma vitória do povo português que em diversas reivindicações economicas e lutas politicas têm mostrado a sua repulsa à dominação imperialista, que não tem perdido nenhuma oportunidade para manifestar a sua simpatia pelos países socialistas, que em todos os programas de acção tem inscrito a necessidade de uma politica externa de amizade com todos os povos e a intensificação de relações com os países socialistas e que mais uma vez ficou expresso no III Congresso da Oposição Democratica.

Lutar por estes aspectos é parte integrante da luta pela democracia. As forças democraticas estão na ofensiva e em tal situação têm que continuar. Derrubado o fascismo e instaurado um regime democratico em Portugal, haverá imperiosamente lugar para o estabelecimento de relações economicas com todos os países numa base de igualdade, incluindo com Guiné-Bissau, Angola e Moçambique independentes e soberanos, e um papel importante caberá à cooperação com os países socialistas. O peso desta ^{decisivo} modificará a qualidade da cooperação e torná-la-á irreversivelmente progressista.

3. A cooperação científica e tecnica está esteticamente relacionada com a cooperação economica, mas exige que aspectos concretos da sua analise sejam feitos separadamente. Vejamo-lo em relação ao caso português.

sada no geral mas em que o capital internacional, procurando tirar proveito da mão-de-obra barata já com um minimo de qualificação, instalam industrias de ele-

vado nível técnico — electronicas, quimicas — viradas para a exportação.

O governo fascista procurou aproveitar tal para uma propaganda sobre o pretendido desenvolvimento do país, enquanto pretendia jogar a cartada tecnocrática, mas, como era inevitável, falhou: mostrou claramente que só profundas transformações estruturais permite resolver as contradições em que se debate a economia portuguesa.

O maior progresso técnico em alguns sectores constitui um aspecto importante de que o povo português no futuro se aproveitará, mas a sua existência liga-se à exploração dos trabalhadores pelos grupos monopolistas nacionais e estrangeiros. Assim, a cooperação técnica, sendo aspecto fundamental para o desenvolvimento português, tem que seguir as linhas gerais de evolução atrás referidas para a cooperação económica.

4. A ciência em Portugal tem um grau de desenvolvimento muito reduzido. Encontra-se muito aquém do nível atingido em muitos países capitalistas e nos socialistas. É o resultado, por um lado, do próprio atraso das forças produtivas e, por outro, da política obscurantista do fascismo que selecciona numa estrita base económica os que terão acesso ao ensino, procura incutir uma mentalidade anticientífica, afasta reais valores da Universidade, mantém um feroz aparelho de censura, persegue prende e mata alguns dos maiores valores científicos portugueses — como Bento Jesus Caraça —, obriga muitos outros a exilarem-se — como Rui Luís Gomes —, levanta todos os entraves à participação em iniciativas internacionais e a uma cooperação regular. Não existem válidos centros de investigação científica. O orçamento do Estado para fins culturais é de cerca de // % (enquanto para a defesa e segurança é cerca de 45 %). Todos estes entraves ao desenvolvimento científico encontram-se mais agravados no que se refere às ciências sociais.

Numerosas são as lutas do povo português contra tal situação, várias são as posições assumidas pelos intelectuais portugueses e homens de ciência. Os maiores valores da ciência e da cultura portuguesa têm estado do lado das forças democráticas.

Por razões do desenvolvimento científico nos países socialistas e pela ligação indissolúvel do desenvolvimento científico com uma opção materialista dialética, também aqui a cooperação com os países socialistas tem uma importância particular, mas consideramos importante o reforço da cooperação científica com todos os países desde que vise fins pacifistas. Reveste interesse uma maior participação nas iniciativas internacionais e um maior intercâmbio de experiências, fase preparatórias de formas de cooperação mais elevada. Considerando igualmente importante o isolamento internacional do fascismo em organismos culturais e científicos tal não deve corresponder a um isolamento do povo português.

Tal como em relação à cooperação económica ela é possível e necessária sob fascismo. Por tal lutam os democratas portugueses que inscrevem no seu programa de um Portugal democrático uma cooperação científica e cultural com fins pacifistas com todos os países — ligado à existência de liberdades e a uma reforma geral e democrática do ensino e da cultura.

Apesar de todas as interdições fascistas o povo português não perde oportunidade de manifestar o seu carinho pelas conquistas técnicas e científicas nos países socialistas.

5. Consideramos que o alargamento da cooperação económica, técnica e científica com fins pacifistas de Portugal com todos os países, numa base de igualdade e respeito mútuo, vitalmente com os países socialistas, contribui para o isolamento do regime fascista, permanente ameaça à paz no mundo e na Europa, pelo que constitui elemento importante para a consolidação da paz. Simultaneamente agrava a crise do regime e intensifica a combatividade do povo português, pelo que contribui para a construção da democracia em Portugal.

14/Out/73